

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Brasília
2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Gênero e representação política

Coordenadora
Giovana Dal Bianco Perlin Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4848401298958002 Endereço profissional: Cefor – sala 17. Via N-3, Projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte. Brasília DF. E-mail: giovana.perlin@camara.leg.br Câmara dos Deputados

Membros
Elisabete Busanello Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4360215292817466 Endereço profissional: Gabinete 469, Anexo III, Câmara dos Deputados. Brasília, DF. E-mail: elisabetebusanello@yahoo.com.br e elisabete.busanello@camara.leg.br Câmara dos Deputados
Mariana Silva Abreu Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5220761225155162 Endereço profissional: Gabinete 620, 6º andar, Anexo IV, Câmara dos Deputados. Brasília, DF. E-mail: mariana.abreu@camara.leg.br Câmara dos Deputados

Natalia Mateus Kawano

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3548928951094298>

Endereço profissional: Liderança do PSD, Anexo II, sala 150, Câmara dos Deputados. Brasília, DF.

E-mail: natalia.alves@camara.leg.br e nataliamk@brturbo.com.br

Câmara dos Deputados

Danilo Moraes

danmoraes007@gmail.com

Maria Luiza Walter Costa

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9330235221008301>

Endereço profissional: -

E-mail: mluizawc@gmail.com

Universidade de Brasília

Paulo Corrêa

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8445874547414058>

Endereço profissional: Gabinete 835, Anexo IV - Câmara dos Deputados

E-mail: paulocorrea@poderpolitico.com.br

Câmara dos Deputados

Ana Karine Nogueira da Costa Silva

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0876616468158280>

Endereço profissional: Liderança do PDT – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias – Subsolo – Sala T

E-mail: anakarinenogueira@gmail.com

Câmara dos Deputados

Alessandra Silva Gadelha

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7921369507573916>

Endereço profissional: Liderança do PSD – Anexo II – Ala B – Sala 150 – Câmara dos Deputados – Brasília – DF.

E-mail: alessandra.gadelha@camara.leg.br

Câmara dos Deputados

Linha de Pesquisa

Processos Políticos do Poder Legislativo

Histórico do grupo:

2010 – 2011 - Gênero, legística e parlamento: estudo crítico generificado das proposições normativas em trâmite na câmara dos deputados

2015 – 2016 - GPE 4.15 - Mulheres e Política: estudo sobre a representação de gênero na Câmara dos Deputados

Projetos de pesquisa em andamento:

A eficácia das leis de cotas para mulheres no Legislativo: os casos de Brasil e Argentina

A representação das mulheres no sistema de comissões parlamentares

Descritores da sub-representação política das mulheres

Mulheres e financiamento de campanha

Servidoras públicas e o acesso aos cargos de direção e chefia

2. APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa sobre gênero e parlamento foi iniciado em 2010, com uma pesquisa sobre os temas ideológico-propositivos presentes nas proposições apresentadas por deputadas brasileiras. O trabalho foi apresentado na II Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados, em 2011. Dos trabalhos do grupo emergiu um artigo publicado na revista E-Legis, de título “Políticas familiarmente responsáveis no Brasil: interação família-trabalho nas agendas de políticas estatais e organizacionais”. Em 2015, o grupo foi retomado com uma pesquisa sobre gênero e representação política que alimentou duas dissertações de mestrado, uma monografia de especialização e foi apresentado em um congresso internacional de Ciência Política. O trabalho do congresso foi publicado, com o título “How women represent women: the case of the Brazilian chamber of deputies”. Atualmente, a proposta de trabalho é manter um grupo permanente de pesquisas sobre gênero e representação política, cujo objetivo é contribuir para os estudos da representação política, especificamente relacionados à categoria gênero de análise, analisando a participação de parlamentares no Congresso Nacional brasileiro e também de forma comparada.

3. TEMA

Interferências de gênero na representação política.

4. OBJETIVOS

Caracterizar e compreender as interferências de gênero na representação política.

5. JUSTIFICATIVA E REVISÃO DA LITERATURA

Introdução

Não há dúvida de que a inequidade de gênero experimentada pelas mulheres ao longo dos últimos séculos foi em parte superada. Os pesquisadores e estatísticos José Alves e Suzana Cavenaghi (2013) expuseram vários indicadores que corroboram essa afirmação no espaço brasileiro. As mulheres galgaram a educação formal em todos os níveis de ensino, mas ainda estão pouco presentes nas ciências exatas e na liderança dos grupos de pesquisa. Aumentaram as taxas de participação no mercado de trabalho, mas concentram-se em setores de atividade menos valorizados, são submetidas a diferenças salariais por sexo, e arcam com a dupla jornada de trabalho. Conquistaram avanços na legislação nacional, mas trata-se de direitos que ainda não são

efetivamente usufruídos, porque seus efeitos práticos são obstruídos por tetos de vidro¹ culturais ou *firewall*² de gênero. A expectativa de vida das mulheres é, em média, sete anos acima da média masculina, e elas são maioria da população e do eleitorado. Obtiveram o direito de voto, em 1932, mas não conseguiram ultrapassar o teto de 10% de deputadas federais. O que falta para que a equidade seja plena?

Um caminho profícuo para lidar com os desafios da equidade de gênero é a ideia da perspectiva da mulher na representação política, cunhada por Marion Young (2006). Em seu artigo sobre representação política e minorias, Young sugere o conceito de perspectiva como opção explicativa para a compreensão da importância da representação política de minorias. Marcadores sociais tão primevos, como sexo, desenvolvem nas pessoas perspectivas diferenciadas do mundo, ou seja, as relações sociais que se estabelecem e se constroem são forjadas de forma a desenvolver relações pautadas em diretrizes e regras sociais diferenciadas.

Conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas conseqüências. Uma vez que suas posições sociais derivam parcialmente das construções que outras pessoas fazem delas, assim como das construções que elas fazem de outras pessoas em diferentes posições, pessoas diferentemente posicionadas podem interpretar de modos diferentes o significado de ações, eventos, regras e estruturas. Assim, as posições sociais estruturais produzem experiências particulares, relativas ao posicionamento, e compreensões específicas dos processos sociais e de suas conseqüências. Cada grupo diferentemente posicionado tem uma experiência ou um ponto de vista particular acerca dos processos sociais precisamente porque cada qual faz parte desses processos e contribui para produzir suas configurações. É especialmente quando estão situadas em diferentes lados das relações de desigualdade estrutural que as pessoas entendem essas relações e suas conseqüências de modos diferentes. (Young, 2006, p. 162)

A ideia de representação política a partir de uma perspectiva no mundo implica que a presença de mulheres no Parlamento, intervindo a partir de uma perspectiva, representa, em verdade, quase metade da população mundial. Apesar disso, as mulheres ocupam muito menos da metade das cadeiras nos parlamentos das democracias: em apenas 25% dos parlamentos elas representam mais de 30% dos membros. Em 2015 o aumento do número de mulheres em cadeiras dos parlamentos foi de 0.5 pontos percentuais em relação ao ano de 2014 (Inter-Parliamentary Union, 2016), o que

¹ Barreira invisível para a ascensão ou promoção das mulheres. (Powell, G. N., & Butterfield, D. A. (1994). Investigation of the "glass ceiling" phenomenon: an empirical study of actual promotions to top management. *Academy of Management Journal*, 37(1), 68-86.

² Um constructo mais velado a respeito da dominação masculina nas organizações que impede o desenvolvimento feminino. (MENEZES, Raquel Santos Soares. *Feminilidades em Primeira Pessoa: Narrativas Plurais, Vivências Singulares de Mulheres nos "Negócios"*. Belo Horizonte, CEPEAD/UFMG, 2012.)

mostra uma preocupante estabilização dessa participação. O Brasil, em 2015, ocupava, num total de 189 países, o 115º lugar em presença de mulheres no Poder Legislativo, com menos de 10% de mulheres na Câmara dos Deputados.

Mesmo o número de cadeiras ocupadas no Parlamento é insuficiente para a compreensão da sub-representação política feminina. Estudos como o que nosso grupo de pesquisa vem realizando, sugerem que, mesmo quando adentram a esfera da representação política, as mulheres continuam ocupando espaços periféricos e distantes dos lócus de tomada estratégica de decisão política, repetindo e mantendo limitações e padrões de gênero seculares (PERLIN e outras, 2016). Ou seja, a sub-representação feminina pode ser ainda mais grave.

Identificar o quão grave é a sub-representação demanda observar o que se passa dentro da instituição legislativa com as parlamentares.

Participação das mulheres na política

A participação política demanda, basicamente, três tipos de recursos: dinheiro (financiamento), tempo livre e rede de contatos (influência). Os grupos que estão em posição desfavorável, como o das mulheres, normalmente não possuem um ou mais desses requisitos (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 95). A hipótese de que os eleitores são fator determinante para compreensão da sub-representação, tendendo a não votar em mulheres, vem sendo descartada (FOX e LAWLESS, 2012).

Financiamento político e equidade de gênero são variáveis dependentes, sendo necessário vinculá-las ao funcionamento dos sistemas eleitorais, de partidos e de governo vigentes (ZOVATTO, 2005). Mulheres candidatas têm arrecadações de campanha significativamente menores do que homens candidatos (SACCHET e SPECK, 2012). Considerando a alta correlação entre financiamento e sucesso eleitoral, o escasso financiamento eleitoral de mulheres pode ser fundamental para explicar seu baixo desempenho eleitoral (SACCHET e SPECK, 2012).

O peso das tarefas domésticas ainda recai de forma desproporcional sobre as mulheres, apesar de terem ocorrido mudanças nos arranjos maritais (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 98). A maior quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, no Brasil, aproximadamente 5 horas a mais de trabalho semanal (IBGE, 2013), não significa ampliação de seu poder econômico, porque atuam mais em trabalhos não remunerados, como as atividades domésticas, o cuidado com os filhos e com pessoas idosas ou doentes. Com maior sobrecarga laboral elas têm menos tempo livre. Essas tarefas

são permanentes, o que compromete a participação no competitivo mundo político (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 100).

A questão da divisão sexual do trabalho afeta também o *pool* de elegibilidade. Poucas mulheres ocupam posições estratégicas nas profissões que servem como via para carreiras na política (FOX e LAWLESS, 2012). Essa escassez implica que as ocupações que permitem estabelecer relações de influência são pouco acessíveis a elas, que têm menos chance de receber incentivos para uma candidatura advindos de uma fonte política. Quando um líder, ou outro ator político, oferece apoio, o candidato potencial tende a levar adiante uma candidatura (FOX e LAWLESS, 2012).

Os espaços tradicionais de gênero também refletem as especialidades e ideologias das mulheres na política. As mulheres se envolvem mais em políticas relacionadas aos interesses de mulheres e crianças (SWERS, 2002; THOMAS, 1994; DODSON, 1998; FOX e LAWLESS, 2012). Também obtêm mais confiança dos eleitores quando se trata de “temáticas de mulheres”, como saúde, educação, meio-ambiente e ajudar os pobres (HUDDY E TERKILDSSEN, 1993a, 1993b; LEEPER, 1991; FOX e LAWLESS, 2012).

Os principais temas políticos podem ser divididos por categorias, conforme o impacto nas políticas públicas ou de governança. *hard politics* constituem o núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia. *soft politics* abarcam assuntos voltados para o social. *middle politics* contemplam temas de abordagens mistas, como “previdência social”, incluindo questões relativas aos pensionistas e às contas públicas (MIGUEL e FEITOSA, 2009). Parlamentares, de forma geral, concentram sua atuação legislativa nas questões com menos importância na hierarquia legislativa, consideradas *soft politics* - ou agenda social, enquanto o executivo se dedica mais às *hard politics* - ou agenda econômico-administrativa (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Além da circunscrição temática, as mulheres não se percebem suficientemente preparadas para participar do mundo político, influência de educação e socialização tradicionais (FLAMMANG, 1997; FOX, 1997; KAHN, 1996; NIVEN, 1998). Independentemente de suas qualificações ou credenciais, e mesmo pertencendo à camada superior de realização profissional, elas não se consideram qualificadas suficientemente para concorrer a um cargo político (FOX e LAWLESS, 2012).

Gênero e as questões LGBT

Quando o sexo começou a ser identificado nas pessoas, nas comunidades humanas mais primevas, a característica definidora era apenas o aspecto anatômico-reprodutivo. Não havia método científico que pudesse, como ocorre hoje, identificar aspectos complexos da biologia humana para distinguir

corpos femininos e masculinos. Anne Fausto-Sterling, uma bióloga que estuda marcadores biológicos sexuais em animais, sustenta que “the emerging recognition that people come in bewildering sexual varieties is testing medical values and social norms” (FAUSTO-STERLING, 2000, p.19). Para a autora as variações biológicas existentes nos marcadores definidores do sexo (gonadal, cromossômico, anatômico, fisiológico, hormonal) de pessoa para pessoa, quase que inviabilizam a definição fixa do que seja masculino e feminino.

O que as culturas compreendem como diferença sexual foi, portanto, construído há milhares de anos, e passa por revisões, com o avanço de tecnologias. Casos como os testes de comprovação do sexo, realizados em olimpíadas, são exemplos da dificuldade atual da ciência em definir o sexo, já que se trata de um sistema biológico complexo. Integradas às discussões biológicas, existem as questões psicológicas e culturais, que têm também gerado a crescente necessidade de estudos.

Gênero, de acordo com Scott (1995), refere-se às relações sociais entre os sexos construídas ao longo da história e nas culturas. Nesse sentido, gênero passa a ser entendido como uma categoria de análise histórica que procura compreender as relações e espaços socioculturalmente construídos e atribuídos aos sexos e não se restringe ao estudo da mulher (PERLIN, 2006). Como Scott coloca em seu artigo, quando falamos sobre mulheres estamos falando, também e necessariamente, sobre homens (SCOTT, 1995). Estudar as relações de gênero é estudar, de acordo com esta perspectiva, como homens e mulheres são afetados pelas marcas históricas e culturais que são insculpidas com base no sexo.

Pode-se perceber, na delimitação de espaços, que há forte desigualdade entre homens e mulheres, apesar de que, no Brasil, está constitucionalmente assegurada a igualdade formal. Deve-se reconhecer que ocorreram muitas transformações relativas aos papéis de gênero, tais como o acesso a contraceptivos, direito ao divórcio, ampliação das mulheres no acesso ao trabalho remunerado. “Mas essas transformações estão longe de definir uma situação de igualdade entre mulheres e homens, seja ela pensada como igualdade de oportunidades, de acesso a recursos, de bem-estar ou de realização” (BIROLI, 2013, p. 28).

Para as pessoas que não se enquadram nessa divisão sexual tradicional, a questão da desigualdade nem chega a ser um problema delimitado, tão grande é o limbo legal e social nos quais essas pessoas são deixadas. Gênero, então, é conceito profícuo para a compreensão dos espaços sociais ocupados, disponíveis e indisponíveis para pessoas que não se veem dentro da clássica divisão homem e mulher. Na medida que esses grupos se organizam, aumentam e procuram ser representados no mundo político, crescem os dilemas típicos das minorias. Estão representados esses grupos? Por quem? Quais são suas pautas? São questões iniciais a serem respondidas.

Autores como Bordieu (1989), Habermas (2002), Pitkin (2006) e Young (2016) têm discutido essas e outras questões aderentes, colocando-as como agendas importantes dentro dos estudos sobre representação política.

6. METODOLOGIA E CRONOGRAMA

O grupo utiliza, em projetos de pesquisas diferentes, métodos variados, entre eles, delineamentos qualitativos, quantitativos e multimétodos.

Pelos 2 primeiros anos, as reuniões entre os integrantes do grupo serão quinzenais para subgrupos e mensais para o grupo completo.

Cronograma geral para os primeiros 2 anos	
Semestre	Entrega
1/2017	Revisão de literatura e coleta de dados
2/2017	Apresentação de resultados parciais em eventos científicos
	Oferta de cursos de extensão
1/2018	Tratamento dos dados
2/2018	Oferta de cursos de extensão
2/2018	Entregas de dissertações de mestrado
	Entregas de projetos de mestrado
	Escrita do relatório de pesquisa
	Apresentação dos resultados em eventos científicos

8. BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Lucia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora da UNESP, 2001.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno [Orgs.]. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Acesso em: 13 fev. 2015.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e Desigualdade de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. São Paulo, Editora Horizonte, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 16, n. 30, p. 107-130, June, 2008. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: < PNAD 2014. <http://loja.ibge.gov.br/pnad-2014-sintese-dos-indicadores.html>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. *Regimento interno da Câmara dos Deputados: resolução nº 17, de 1989*. 9. Ed. Brasília, 2012.

CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 14, p. 255-295, Aug. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000200255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2015.

CARREIRAO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Rio de Janeiro , v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2015.

CHARLE, Christopher. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2015-2019*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=41>. Acesso em: 16 nov. 2015.

DODSON, Debra L. 1998. Representing women's interests in the U. S. House of Representatives. In: THOMAS, S. & WILCOX, C. (orgs.). *Women and elective office*. New York: Oxford University.

FAUSTO-STERLIG, A. The five sexes, revisited. **The Sciences**, July/august, 2000. p. 18-23.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, 1995, pp. 175-200.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impactos sobre os partidos. In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.187-216.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L.. Entrando na arena: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília , n. 8, p. 129-163, Aug. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-335220120002000006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-335220120002000006>.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: Estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

HUDDY, Leonie & TERKILDSEN, Nayda. 1993a. The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. *Political Research Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 503-525.

HUDDY, Leonie & TERKILDSEN, Nayda. 1993b. Gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science*, v. 37, n. 1, p. 119-147.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 32. Rio de Janeiro, 2013.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world*. New York, Cambridge University Press, 2003.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in Parliament in 2015*. Geneva, Switzerland, 2016. Disponível em <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-e.pdf>, Acesso em 15/03/2016.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.41-97.

LEEPER, Mark. 1991. The impact of prejudice on female candidates: an experimental look at voter inference. *American Politics Quarterly*, v. 19, n. 2, p. 248-261.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvio: representação e “singularidade feminina”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, n.2, p.-253-267, out. 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caldeioscópico Convexo: Mulheres, Política e Mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. *Dados*, Rio de Janeiro , v. 52, n. 1, p. 201-221, Mar. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582009000100006>.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.345-371.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, Sept. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2015.

PATEMAN, Carole. Feminist critiques of the public/private dichotomy. In: *The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PERLIN, G. D.B.P; Busanello, E.; Abreu, M.; Pompeu, A., Kawano, N. Women's Presence in the Brazilian Chamber of Deputies and Political Representation: How Women Represent Women? Panel. 24° World Congress of Political Science. Poznan, Poland, 2016. <https://wc2016.ipsa.org/my-ipsa/events/istanbul2016/paper/womens-presence-brazilian-chamber-deputies-and-political-represent>

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.1, p.268-290, 2001.

PHILLIPS, Anne. So what's wrong with liberal democracy, Capítulo 6. In: *Engendering Democracy*. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 1997.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2121>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.49, p.98-113, mar./maio, 1998.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, Instituições e Idéias. *Lua Nova*, n° 67. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opin. Publica, Campinas*, v. 18, n. 1, p. 177-197, June 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>.

SCHUMPETER, J. Capitalism, Socialism and Democracy. *The Journal of Political Economy*, vol. 53(4), 1945. p. 348-356.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, V.20(2), 1995.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, June 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SWERS, Michele L. 2002. *The difference women make*. Chicago: University of Chicago.

THOMAS, Sue. 1994. *How women legislate*. New York: Oxford University Press.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Prefácio Manoel T. Berlink; tradução Leônidas Hegenberg e Octani Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WORLD CLASSIFICATION. Women in national Parliaments. Disponível em: <http://www.ipu.org/WMN-e/classif.htm>. Acesso em: 13 fev 2015.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. *Lua Nova*, nº 67. São Paulo, pp. 139-190. 2006

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opin. Publica, Campinas* , v. 11, n. 2, p. 287-336, Oct. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200002>.